

A estrutura potencial do gênero do boletim de ocorrência sobre crimes de linguagem contra a honra

Marcos Rogério Ribeiro

Submetido em 1º de Dezembro de 2012.

Aceito para publicação em 1º de Dezembro de 2014.

Cadernos do IL, Porto Alegre, n.º 48, junho de 2014. p. 120-143

POLÍTICA DE DIREITO AUTORAL

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- (a) Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License, permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
 - (b) Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
 - (c) Os autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.
 - (d) Os autores estão conscientes de que a revista não se responsabiliza pela solicitação ou pelo pagamento de direitos autorais referentes às imagens incorporadas ao artigo. A obtenção de autorização para a publicação de imagens, de autoria do próprio autor do artigo ou de terceiros, é de responsabilidade do autor. Por esta razão, para todos os artigos que contenham imagens, o autor deve ter uma autorização do uso da imagem, sem qualquer ônus financeiro para os Cadernos do IL.
-

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/index>

Terça-Feira, 13 de janeiro de 2015

23:59:59

A ESTRUTURA POTENCIAL DO GÊNERO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA SOBRE CRIMES DE LINGUAGEM CONTRA A HONRA

THE GENERIC STRUCTURE POTENTIAL OF POLICE REPORT ON LANGUAGE CRIMES AGAINST HONOUR

Marcos Rogério Ribeiro*

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise de gênero do Boletim de Ocorrência (doravante BO) sobre crimes de linguagem contra a honra, revelando a sua estrutura potencial com movimentos e respectivas funções. Serão utilizados, como fundamento teórico, os estudos sobre análise de gênero de John Swales (1990), sobre gramática sistêmico-funcional de Halliday e Hasan (1989) e sobre a análise da narrativa de Labov and Waletzky (1967). O corpus de pesquisa compõe-se de 60 BOs, dos anos compreendidos entre 2004 e 2009, sobre crimes contra a honra coletados aleatoriamente na Delegacia de Polícia de Itaara, cidade contígua à Santa Maria, na região central do estado do Rio Grande do Sul. A escolha de ocorrências de crimes contra a honra deve-se ao fato de eles figurarem entre os crimes praticados por intermédio do uso da linguagem, razão pela qual são chamados de crimes de linguagem, isto é, um comportamento linguístico que se torna alvo da ação legal (Gibbons, 2005, apud Fuzer, 2007). Os resultados evidenciaram que o BO sobre crimes de linguagem contra a honra é constituído de seis movimentos fixos e invariáveis, sendo, por esse motivo, considerado um gênero formulaico. Esta pesquisa pode servir de auxílio a alunos de academias de polícia no sentido de melhor compreender e produzir o gênero BO e, por esta mesma razão, pode ser também útil em cursos de Letras nesta área, uma vez que o BO é um gênero com o qual muitas pessoas provavelmente mantiveram contato, como experiência pessoal, em uma delegacia de polícia.

PALAVRAS-CHAVE: boletim de ocorrência; gênero profissional; crimes de linguagem contra a honra; análise de gênero.

ABSTRACT: This study aims at carrying out a genre analysis of the Police Report (henceforth PR) on language crimes against honour, revealing its generic structure, moves and respective functions. I will mainly base my task on the works of John Swales' genre analysis, M. A. K. Halliday's (1989) Systemic Functional Grammar and Labov and Waletzky (1967) narrative analysis. To reach this aim, 60 PRs on three types of crimes against honour (Calúnia, Difamação and Injúria) were randomly collected in the Police Station of Itaara city next to Santa Maria, central region of Rio Grande do Sul State, from 2004 to 2009. The choice of police report on language crimes is due to the fact they are among the crimes committed through the use of language, so that they are called language crimes, in other words, a linguistic behavior that becomes a target of legal action (Gibbons, 2005, apud Fuzer, 2007). The results showed that the PR on language crimes against honour is comprised of six fixed moves that do not vary, wherefore it is considered a formulaic genre. This research can help students of police academies to better understand and produce the PR genre and, for this same reason, be useful for language courses in this area, since it is a sort of genre with which many people have probably already been acquainted as a personal experience in a police station.

KEY WORDS: police report; professional genre; language crimes against honour; genre analysis.

* Doutorando em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria, Mestre em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria, graduado em Letras pela mesma universidade, bacharel em Direito pela Universidade de Passo Fundo e Delegado de Polícia: ribeirocop@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Pretendemos, neste artigo, proceder à análise linguística do Boletim de Ocorrência Policial, doravante BO, integrante do Sistema de Gêneros da Polícia Judiciária, visando à descrição da sua estrutura potencial. Primeiramente, apresentaremos as bases teóricas do estudo e, em seguida, discorreremos sobre a metodologia da pesquisa, para, ao final, apresentar os resultados da análise e conclusões do estudo com suas implicações futuras.

2 SISTEMA DE GÊNEROS DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

A atividade de Polícia Judiciária é talvez aquela em que as habilidades de escrita são mais praticadas. Por isso, pode-se afirmar que o principal instrumento de trabalho dos policiais não são as armas de fogo, mas o discurso, uma vez que é por intermédio da comunicação oral e escrita que pessoas são presas e libertadas, dentre outros atos performativos. Além disso, é pela força do discurso e não pela força física que o destino do autor de um crime pode ser selado.

A maioria das provas criminais obtidas pela Polícia Judiciária no sistema penal brasileiro é transformada em documentos escritos que são reunidos e organizados em um procedimento denominado de *inquérito policial*, ou de *termo circunstanciado* (para crimes de menor potencial ofensivo¹), cujo objetivo é formalizar os atos de investigação criminal iniciados antes ou a partir de sua instauração. Estes são realizados com o fim de apurar as infrações penais e sua autoria, completando, assim, a primeira fase da persecução criminal realizada pelo Estado². A segunda fase ocorre no Poder Judiciário, quando o promotor de justiça³, geralmente baseado no que foi apurado no *inquérito policial* ou no *termo circunstanciado*, oferece, ou não, a denúncia contra aquele que é apontado como autor da infração penal no processo criminal subsequente.

Dessa forma, os procedimentos formais da polícia judiciária compreendem uma variedade de textos escritos que representam linguisticamente os atos realizados pelos policiais. Dentre estes, estão o Relatório de Local de Crime, o Relatório de Investigação (ou Relatório de Serviço), o Termo de declarações de vítimas, testemunhas e suspeitos ou indiciados, o Ofício, o Termo de Degravação de Interceptação Telefônica, o Relatório de Inquérito Policial, dentre vários outros. Em todos os textos está incluído o Boletim de Ocorrência, por intermédio do qual a polícia é comunicada da ocorrência de um fato criminoso ou de outros fatos não criminosos.

2.1 O BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Dentre os gêneros acima listados, um dos principais e mais comuns elaborados pela polícia, não somente no Brasil, mas em todo o mundo, talvez seja o gênero boletim

¹ Crimes cuja pena máxima de privação da liberdade prevista é de dois anos de prisão.

² Para apuração dos crimes cometidos por adolescentes (de 12 a 17 anos de idade) há outro procedimento denominado de *relatório de investigação*.

³ O Promotor de Justiça, integrante do Ministério Público, é o agente público responsável pela acusação no processo criminal e encarregado de oferecer a denúncia em juízo contra o autor de uma infração penal.

de ocorrência (doravante BO)⁴, cuja função comunicativa é informar ao Estado (Polícia) a ocorrência de um crime (violação da lei penal) e, caso identificado, o seu autor ou suspeito. Feita a comunicação do crime, a investigação policial é iniciada. Nesse caso, geralmente o procedimento é, resumidamente, o seguinte: a vítima de um crime (furto, roubo, estelionato, etc.) comparece em uma delegacia de polícia e comunica detalhadamente os fatos para o policial, o qual obtém todos os dados pessoais da vítima ou somente o número do registro geral (RG) de sua carteira de identidade com o qual poderá recuperar os seus dados pessoais já cadastrados no sistema de banco de dados da polícia. Após acessar o sistema de registro de ocorrência da polícia, inicia-se a digitação do BO.

Após ouvir a sedizente vítima sobre os fatos, suas circunstâncias detalhadas, possíveis provas, testemunhas e suspeitos, o policial redige uma narrativa acerca do que lhe é comunicado pela vítima, cuja extensão geralmente não passa de duas folhas. No Brasil, porém, frequentemente as pessoas vão à delegacia de polícia para comunicar fatos que não são considerados crime ou contravenção, tais como acidentes de trânsito com danos materiais, perda de documentos, descumprimento de contrato, etc., e obtém uma cópia do BO para servir de comprovante em situações de interesse particular. Estas situações são diversas, tais como obtenção de segunda via de documentos, recebimento de indenização de seguros ou ações cíveis. Há outros meios menos comuns de comunicar ocorrências para a polícia, tais como por internet, telefone, petição de notícia crime, etc., mas, de qualquer modo, com base neles um BO é produzido.

Assim sendo, no contexto das práticas policiais, os textos têm importância fundamental na estruturação do sistema de atividades da instituição policial. Este trabalho, portanto, com base nos estudos de John Swales no campo da análise de gênero, tem o propósito de realizar uma análise de gênero do BO, revelando-lhe a sua estrutura, movimentos e respectivas funções. Dessa forma, esta pesquisa poderá contribuir para que alunos das academias de polícia possam aprimorar a compreensão e a produção do gênero BO. Por essa mesma razão, este estudo poderá ser útil para os alunos de cursos de língua em geral, porquanto trata-se de um gênero com o qual muitas pessoas provavelmente já tenham tido contato, como experiência pessoal, em uma delegacia de polícia. Além disso, muito se pode revelar acerca de como os policiais representam linguisticamente o crime⁵. Numa perspectiva mais ampla, poder-se-á também proporcionar uma compreensão mais ampla acerca dos BOs e a maneira como a linguagem pode ser utilizada nesse contexto legal.

Quanto aos objetivos específicos, este trabalho pretende identificar os componentes-padrão do gênero BO e as principais funções comunicativas das atividades sociais por eles reveladas.

3 REVISÃO TEÓRICA

3.1 Princípios legais

⁴ Essa assertiva não está baseada em estudos prévios, trata-se somente de uma hipótese alicerçada em observação empírica decorrente de minha prática profissional.

⁵ Motta-Roth, comunicação pessoal, 13-05-2010.

Os crimes contra a honra estão descritos no Capítulo V do Código Penal Brasileiro, nos artigos 138, 139 e 140. Abaixo, irei apresentar a tipificação legal básica dos três crimes e a pena prevista para cada um deles.

No artigo 138, CALÚNIA: caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime.

Pena: seis meses a dois meses de detenção e multa.

No artigo 139, DIFAMAÇÃO: difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo contra a sua reputação.

Pena: três meses a um ano de detenção e multa.

No artigo 140, INJÚRIA: insultar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou decoro. **Pena:** um mês a seis meses de detenção ou multa.

/.../

§ 3rd: Se a Injúria consistir no uso de elementos referentes à raça, cor, idade, etnicidade, religião, origem ou condição de deficiência física.

Pena: um ano a três anos de reclusão e multa⁶.

Os crimes acima mencionados descrevem comportamentos humanos previstos no capítulo V do Código Penal Brasileiro, relativo à proteção à honra.

3.2 Princípios Linguísticos

Nesta seção, serão apresentadas, sucintamente, as principais teorias linguísticas que fundamentarão este trabalho: a noção de Gênero e Movimento e a Gramática Sistêmico-funcional.

Para Swales (1990 apud AL-ALI, 2005, p. 10), o gênero é “uma classe de eventos comunicativos, cujos membros compartilham alguns grupos de propósitos comunicativos”⁷. Partindo dessa afirmação, pode-se argumentar que o gênero BO possui uma estrutura esquemática resultante de práticas e convenções sociais.

De acordo com Al-Ali (2005, p. 10), pesquisadores como Martin (1985), Miller (1984), Swales (1990) e Ventola (1987, 1989), dentre outros relevantes autores, definem gênero

como uma ação social, atividade cultural voltada para um objetivo que consiste numa sequência de movimentos. Cada movimento possui uma pequena função dentro do objetivo comunicativo global integrado ao gênero. Esses movimentos constituem tão-somente a realização de uma determinada interação social (AL-ALI, 2005, p. 11)⁸.

O movimento é “um segmento de texto composto de um feixe de características linguísticas que dão ao segmento uma orientação uniforme e nele sinalizam o conteúdo do discurso”⁹ (NWOGU, 1997, p. 122 apud AL-ALI, 2005, p. 11). Partindo de tais

⁶ Código Penal Brasileiro, disponível em <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del2848.htm>>. Acessado em 19 de julho de 2010.

⁷ a class of communicative events, the members of which share some sets of communicative purposes.

⁸ as a social action, goal oriented and cultural activity consisting of a sequence of moves. Each move has a minor function in the global communicative goal embedded in the genre. These moves are merely the realization of a particular social interaction.

⁹ Move is ‘a text segment made up of a bundle of linguistic features which give the segment a uniform orientation and signal the content of discourse in it’.

conceitos, construirei a sequência de movimentos do BO, considerando as características linguísticas que delimitam cada peça de informação com a respectiva interação social e constituindo, cada um, uma função no objetivo comunicativo global do gênero BO.

No procedimento de análise, também adotarei o arcabouço teórico desenvolvido por Halliday (1989), chamado de Gramática Sistêmico-Funcional, de acordo com a qual podem ser encontradas, no nível linguístico do gênero, três metafunções: ideacional, interpessoal e textual. De acordo com Hasan (1989), essas três metafunções constituem a Estrutura Potencial do Gênero (EPG).

Primeiramente, o significado ideacional “refere-se ao que está acontecendo no mundo, ao que está sendo representado [pelo sistema de transitividade: processo, participantes e circunstâncias]” (RAVELLI, 2000, p. 35). Isso ocorre desta forma porque, em vez de simplesmente descrever o verbo e seu complemento, como na gramática tradicional, a gramática sistêmico-funcional reconhece a transitividade como sendo um sistema que descreve toda a oração, cujos componentes são o Processo, os Participantes e as Circunstâncias. O Processo é realizado na oração geralmente por um grupo verbal. O Participante é realizado normalmente por um grupo nominal (geralmente o Sujeito), mas também pode ser um Complemento. Por fim, as Circunstâncias, componente tipicamente opcional das orações, são realizadas normalmente por grupos adverbiais ou sintagmas preposicionados (THOMPSON, 2004, p. 87-89).

Segundo Halliday e Matthiessen (p. 248, 2004), uma vez que estão presentes na maioria de todas as orações de um texto, os três tipos principais de processos nas orações em língua inglesa são: o **Material** (representa o mundo material geralmente pelos processos de fazer e acontecer), o **Mental** (representa o mundo da consciência geralmente pelo processo de sentir) e o **Relacional** (representa o mundo das relações abstratas geralmente pelos processos de ser e ter). Existem, porém, mais três tipos de processos secundários, cada um dos quais situados entre os limites dos três processos verbais principais: **1) o Comportamental:** situado na fronteira entre o Material e o Mental (representa o processo de comportar-se - tipicamente um comportamento humano fisiológico e psicológico); **2) o Verbal:** situado na fronteira entre o Mental e o Relacional, representa o processo de dizer); e **3) o Existencial:** situado na fronteira entre o Relacional e o Material, representa o processo de existir.

Abaixo, no Quadro 1, podemos ver alguns exemplos¹⁰ dos principais componentes da oração e dos seis tipos de processos.

Quadro 1: Processos

MATERIAL (BO # 430/2005)				
Participante: Ator	Circunstância: Tempo	Processo: Material	Participante: Meta	Circunstância: Modo

¹⁰ Os nomes dos atores sociais mencionados nos exemplos foram substituídos pela expressão *Beltrano*, no lugar do nome do(a) ofensor(a), a fim de preservar-lhes a privacidade.

Beltrana	na data de ontem	sacou	o dinheiro do bolsa escola	com o cartão.
MENTAL (BO # 28/2004)				
Participante: Experienciador	Processo: Mental	Participante: Fenômeno	Circunstância: Tempo	
A comunicante	Conhece	a autora das ofensas	a [sic] aproximadamente 07 anos.	
RELACIONAL (BO # 397/2005)				
Participante: Portador	Processo: Relacional: atributivo	Participante: Atributo	Circunstância	
O pessoal do posto de saúde	era	uma cambada de vagabundos.	-	
COMPORTAMENTAL (BO # 315/2009)				
Participante: Comportante	Elementos interpessoais (polaridade)	Processo: Comportamental	Circunstância: Tempo	
O marido dela	[...] quase não	dormiu	a [sic] noite.	
VERBAL (BO # 83/2004)				
Participante: Dizente	Processo: Verbal	Participante: Alvo	Participante: Verbiagem	
Beltrana	chamou	a comunicante	de galinha, vagabunda e puta.	
EXISTENCIAL (BO # 390/2005)				
Elemento interpessoal (polaridade)	Processo: Existencial	Participante: Existente	Circunstância	
Não	Houve	testemunhas do fato.	-	

Em segundo lugar, por intermédio do significado interpessoal, a linguagem constrói e carrega algum tipo de relação interpessoal em termos de oferta e demanda de bens e serviços ou informação que é realizada pelas funções de fala (oferta, declaração, comando, pergunta) e o modo gramatical (interrogativo modulado, declarativo, imperativo, interrogativo) (RAVELLI, 2000, p. 44-45).

Por fim, em terceiro lugar, o significado textual refere-se à organização da mensagem: como a linguagem é usada para transmitir a mensagem. Interessada na análise de tema e rema, essa metafunção é importante para detectar padrões preferenciais em termos de posição temática, coesão e coerência, porque “há escolhas disponíveis em termos de como organizar a nossa língua: qual parte da mensagem aparece em primeiro plano, qual em segundo, que parte sinalizar como sendo de maior interesse” (Ibidem, p. 51).

A Estrutura Potencial do Gênero (EPG), que abrange as metafunções antes referidas, é a realização linguística do contexto de situação (campo, relações e modo) e está associada com o contexto de cultura, que corresponde aos níveis extralinguísticos do gênero. Os conceitos de campo, relações e modo (variáveis do contexto), como características do contexto de situação (CS), “servem para interpretar o contexto social de um texto, o ambiente no qual significados são trocados” (HALLIDAY; HASAN, 1989, p. 12), da seguinte forma: o **campo do discurso** refere-se ao que está acontecendo, à natureza da ação social que está ocorrendo; as **relações** referem-se a quem está participando, à natureza dos participantes, seu status e papéis; e o **modo do discurso** refere-se a que papel a linguagem está desempenhando, o que os participantes esperam que a linguagem faça por eles naquela situação (HALLIDAY; HASAN, 1989, p. 12)¹¹. A relação entre CS e EPG pode ser resumida no Quadro 2.

Quadro 2: Relação entre Contexto de Situação e Estrutura Potencial do Gênero
Com base em Halliday e Hasan (1989, p. 12 e 26) e em Motta Roth e Heberle (2005, p. 16-17)

CONTEXTO DE SITUAÇÃO	ESTRUTURA POTENCIAL DO GÊNERO
VARÁVEIS DO CONTEXTO	METAFUNÇÕES LINGÜÍSTICAS
Campo do Discurso: o que está acontecendo na ação social.	Significado ideacional: o que está acontecendo no mundo (sistema de transitividade: processo, participantes e circunstâncias).
Relações do Discurso: quem está participando da ação social.	Significado interpessoal: relação interpessoal (oferta e demanda de bens e serviços ou informações por intermédio das funções de fala e do modo gramatical).
Modo do Discurso: que papel é desempenhado pela linguagem.	Significado textual: como a linguagem é utilizada para transmitir a mensagem (tema, rema, coerência, coesão).

¹¹ Em Ribeiro (2010), foi feita uma análise das variáveis do contexto de situação do BO na qual se procurou revelar a natureza da prática social do gênero, quem são os participantes desta prática social, as possíveis relações existentes entre eles, bem como os seus papéis e status. Foi também descrito o papel desempenhado pela linguagem por intermédio de sua organização simbólica, seu status e sua função no contexto.

4 METODOLOGIA

No presente estudo do gênero BO, será realizada uma análise para o mapeamento da estrutura do gênero e seus movimentos com as suas respectivas funções comunicativas. Para a análise da estrutura do gênero, serão consideradas, basicamente, três amplas categorias analíticas: 1) linguística; 2) intuitiva e 3) tipográfica (HENDGES, 2008, p. 115).

Serão revelados o esquema formal e de conteúdo (SWALES, 1990 apud AL-ALI, 2005, p. 6) dos BOs, bem como algumas das características desse gênero profissional. Para atingir tal objetivo, 60 BOs sobre os três tipos de crimes contra a honra (Calúnia, Difamação e Injúria) foram coletados aleatoriamente na delegacia de Polícia da cidade de Itaara, de 2004 a 2009. A escolha desse contexto espacial deve-se à minha condição de Delegado de Polícia titular da delegacia de polícia de Itaara, o que me propicia o acesso aos arquivos de BOs como parte de minhas atribuições profissionais. A escolha dos crimes contra a honra deve-se ao fato de eles figurarem entre os crimes cometidos pelo uso da linguagem, razão pela qual são chamados de *crimes de linguagem*, i. e., um **comportamento linguístico** que se torna alvo da ação legal (GIBBONS, apud FUZER, 2007, p. 400).

Os 60 BOs foram digitalizados e, por razões de ordem legal, os nomes das pessoas envolvidas foram ocultados com tarjas escuras. Cada BO foi identificado pelo seu número original, antecedido pelo sinal #. Além disso, uma análise da estrutura foi realizada para descrever os movimentos que compõem o gênero BO e para interpretar “por que e como cada componente foi empregado para construir o texto [do BO] como ele é” (AL-ALI, 2006, p. 710). Assim sendo, a fim de proceder à análise, tentarei responder as seguintes questões adaptadas de HALLIDAY; HASAN (1989, p.12) e MOTTA-ROTH; HEBERLE (2007, p. 15):

- 1) Que padrões de componentes podem ser identificados no gênero BO?
- 2) Quais são os principais propósitos comunicativos de atividades sociais revelados pelos seus componentes constitutivos?

5 RESULTADOS

5.1 Análise dos Movimentos

Com base nas três categorias analíticas referidas anteriormente, a saber, linguística, intuitiva e tipográfica (HENDGES, 2008, p. 101-129), analisamos a estrutura geral do BO e identificamos seis movimentos: 1) identificando e situando o órgão, o BO e suas circunstâncias; 2) classificando o fato e suas circunstâncias; 3) narrando (comunicando) os fatos; 4) indicando o órgão destinatário do BO; 5) identificando os participantes (vítima e/ou comunicante, testemunhas, suspeitos); e 6) identificando os funcionários responsáveis pelo BO.

Por ser um gênero altamente estruturado, o BO não apresenta maiores variações na sua sequência de movimentos, que são recorrentes e obedecem à mesma ordem nas 60 amostras do *corpus*, conforme se segue:

5.1.1 Movimento 1 - Identificando e situando o órgão, o BO e suas circunstâncias

Esse movimento objetiva identificar a instituição, Polícia Civil, e a cidade, Itaara, onde o BO foi produzido. Nesse movimento, também podemos ver o número sequencial do BO, bem como a data, hora e o meio pelo qual os fatos foram comunicados para a polícia. Assim, o propósito desse movimento é informar as circunstâncias de tempo e lugar nas quais o gênero BO foi produzido e impresso. Esses dados são relevantes quando se necessita pesquisar e acessar o BO nos arquivos do sistema da polícia. Essa busca pode ser feita em qualquer lugar em que haja acesso ao sistema informatizado da polícia. Portanto, os passos recorrentes principais, pelos quais o Movimento 1 pode ser realizado, são três:

Passo 1: identificando a instituição, cidade e número da página;

Passo 2: numerando o BO e informando a data e hora de sua impressão;

Passo 3: informando a data e hora da produção do BO, indicando o meio da comunicação e o número do computador utilizado para enviar o BO para o sistema informatizado da polícia.

Fonte: (RIBEIRO, 2010)

POLICIA CIVIL - OCORRENCIA 390/2005 ORGAO 150556 - ITAARA	ITAARA SIMPLES 28/09/2009 10:24:00	FOLHA 1
REGISTRO : 26/09/2005 as 14:14 horas MICRO : 7802 - MONO	COMUNICACAO: PESSOAL	TRANSMIT.

MOVIMENTO 1

Figura 1 – Movimento 1 do BO #390/2005

Linguisticamente, como vemos na Figura 1, o Movimento 1 apresenta características de um movimento formulaico, visto que não muda a sua estrutura e componentes linguísticos em todas as amostras analisadas. A identificação mencionada no passo 1 é realizada por grupos nominais relativos a circunstâncias: o grupo nominal: “**polícia civil**”, para identificar a instituição; o grupo nominal “**Itaara**”, para identificar a cidade, e o grupo nominal “**folha 1**”, para identificar a página. No passo 2, vemos o grupo nominal “**ocorrência**” seguido dos numerais “**320/2005**”, indicando o número sequencial do BO e o ano em que foi produzido; os numerais “**20/09/2009**” e “**10:24:00**” indicam data e hora de impressão do BO. Por fim, no passo 3, a data e hora de produção do BO são indicadas pelos numerais “**26/09/2005**” e pelo grupo adverbial “**as 14:14 horas**”. O grupo nominal e o epíteto “**comunicação: pessoal**” indicam o meio pelo qual o fato foi comunicado para a polícia, e a abreviação “**transmit.**”, do passivo finito “**transmitido**” significa que o BO já foi enviado ao sistema informatizado da polícia. A última linha desse passo, o grupo nominal “**micro**” (**micro**), forma reduzida de “**microcomputador**”, é seguida pelo numeral que o identifica “**7802**” e pelo grupo nominal “**mono**”. As características linguísticas desse movimento indicam que não há qualquer processo explícito, portanto, na escala de nível, não há qualquer oração, senão palavras isoladas ou no máximo grupos. Isso é característico do movimento formulaico, como veremos na maioria dos próximos movimentos, que geralmente apresentam palavras como cabeçalhos para indicar

informações rápidas e fáceis de entender, e como guia para preenchimento dos campos necessários à produção do gênero.

5.1.2 Movimento 2 - Classificando o fato e suas circunstâncias

Quando uma pessoa comunica à polícia um comportamento humano, o policial que recebe a comunicação tem de obter do comunicante a versão completa dos fatos e de suas circunstâncias. Após ouvir a pessoa (geralmente a vítima), o policial deve analisar o fato que lhe foi reportado e compará-lo com o comportamento humano descrito como crime ou contravenção no código penal e em outras leis penais. O objetivo da comparação é verificar se o comportamento humano relatado pela vítima corresponde a um dos comportamentos previstos no Código Penal e na Legislação Penal esparsa. No caso do *corpus* desse estudo, v. g., o propósito seria verificar se o comportamento humano relatado pode ser classificado (ou enquadrado, tipificado, no jargão jurídico) como um dos crimes contra a honra, ou seja, Calúnia, Difamação e Injúria, cada qual com seus comportamentos específicos. Assim sendo, ao classificar os fatos, o policial, preliminarmente, irá analisar se aquilo que lhe está sendo reportado pela vítima ou outra pessoa trata-se realmente de crime e que tipo de crime configura.

Após essa classificação inicial e, não raro, provisória, o BO é reexaminado pelo titular da delegacia de polícia (Delegado de Polícia), o qual decidirá sobre a classificação legal (tipificação, no jargão jurídico) final daquilo que foi relatado pelo comunicante do BO com base na interpretação dos fatos à luz da legislação penal. Essa classificação pode mudar de acordo com o andamento da investigação criminal e com o que for esclarecido até a elaboração do relatório final do procedimento policial cabível. Esse movimento também apresenta a data, hora e local dos fatos, com informações detalhadas a esse respeito, sendo realizado pelos três passos seguintes:

Passo 1: estabelecendo a classificação legal ou técnica por meio da análise do fato comunicado.

Passo 2: fornecendo as circunstâncias espaço-temporais do fato comunicado.

Passo 3: fornecendo informações sobre o *modus operandi* do autor em termos de onde e como o fato foi praticado (área, forma, instrumento, atuação, vias [de] acesso).

Fonte: (RIBEIRO, 2010)

FATO : INJURIA CONSUMADO INICIO : 25/09/2005 as 17:30 horas ate 25/09/2005 as 18:00 horas LOCAL : BR 158 - ITAARA RS - BRASIL VIA PUBLICA CEMITERIO AREA : URBANA FORMA : INSTRUMENTO: ATUACAO : VIAS ACESSO:	MOVIMENTO 2
--	--------------------

Figura 2 – Movimento 2 do BO #390/2005

Conforme foi mostrado na Figura 2, o Movimento 2 é realizado linguisticamente por grupos nominais, seguidos de dois pontos, que nomeiam os campos que são preenchidos com a informação demandada. O passo 1 é denominado de “**fato**”, seguido da classificação legal ou técnica baseada no fato comunicado. No caso

do nosso *corpus*, “**Calúnia**”, “**Difamação**” ou “**Injúria**” são as opções disponíveis para esse campo, seguido do finito “**consumado**”, em vez do finito “**tentado**”, uma opção alternativa que não se aplica ao nosso *corpus*. No passo 2, os grupos adverbiais “**25/09/2009 as 17:30 horas ate 25/09/2009 as 18:00 horas**” e “**BR 158 – Itaara – RS – Brasil, via pública, cemitério**” indicam as circunstâncias espaço-temporais do fato comunicado. O passo 3 é realizado pelos grupos nominais relativos à “**área, forma, instrumento, atuação**” e pelo grupo preposicional “**vias [de] acesso**”. Embora todos os grupos nominais e preposicionais sejam seguidos de dois pontos, o que pressupõe que uma informação deve ser fornecida no campo que vem em seguida, somente a informação relativa ao campo *área*, isto é, se o fato ocorreu na área urbana ou rural, é fornecida em quase todas as amostras do *corpus*. Isso se deve provavelmente à falta de interesse dos policiais responsáveis pela produção do BO no preenchimento desses campos, pois essa informação pode também aparecer em outros formulários que também alimentam o sistema informatizado de dados da polícia judiciária.

5.1.3 Movimento 3 – Narrando os fatos

Esse componente pode ser considerado o principal movimento do gênero BO. Ele é a história dos fatos. A vítima, ou outra pessoa que comunica os fatos em nome dela (ou não), relata o que aconteceu ao policial, o qual então produz um resumo detalhado de todo o fato com base no que lhe é relatado pelo comunicante. Formalmente, nesse momento é que o fato chega ao conhecimento do Estado, representado nessa prática pelo policial. Esse movimento pode apresentar uma narrativa do comportamento de cada participante do fato criminoso (vítima, testemunhas, suspeitos) com suas causas e consequências. Geralmente, porém, o BO apresenta a versão preliminar da vítima e do autor do crime (se presente) acerca dos fatos. De qualquer modo, as duas versões, assim como os depoimentos de testemunhas, devem constar posteriormente no procedimento policial a ser instaurado a partir do BO.

No *corpus* deste estudo, nenhum suspeito esteve presente durante a confecção do BO, logo a sua versão preliminar sobre os fatos não aparece. Com base no que lhe é narrado nesse movimento, o policial irá classificar (tipificar) o fato em conformidade com o comportamento descrito no Código Penal como crime. Se o fato narrado não for considerado crime (isto é, se o comportamento narrado nesse movimento não se amolda ao comportamento descrito na norma penal), será então classificado como fato não-criminoso (ou fato atípico, no jargão jurídico). No entanto, essa classificação inicial é submetida ao chefe da equipe de plantão e, posteriormente, ao Delegado de Polícia responsável pela delegacia de polícia, podendo ser confirmada ou alterada. É nesse movimento que irá constar apenas parte do nome do suspeito (ou das testemunhas), ou ainda o seu apelido, caso a vítima não souber o nome completo. Se os nomes estiverem plenamente identificados, eles irão constar no Movimento 5. O Movimento 3 é realizado, geralmente, pelos quatro passos abaixo:

Passo 1: enfatizando a presença da vítima ou comunicante;

Passo 2: reafirmando as circunstâncias (tempo e lugar);

Passo 3: descrevendo o comportamento do autor (fato criminoso ou não-criminoso);

Passo 4: declarando a vontade da vítima em responsabilizar (ou não) criminalmente o autor e/ou informando-a sobre o prazo para fazê-lo.

Fonte: (RIBEIRO, 2010)

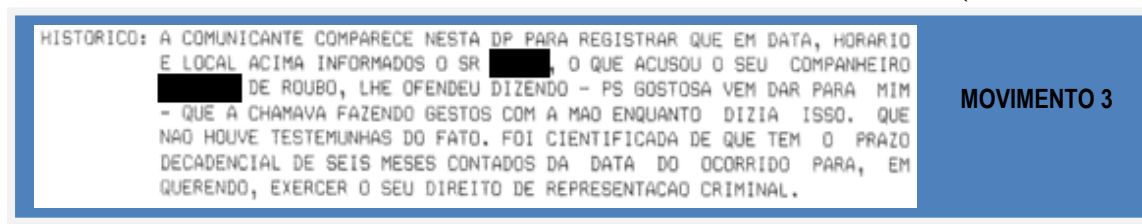


Figura 3 – Movimento 3 do BO #390/2005

Linguisticamente, com respeito à delimitação e à definição apropriada do Movimento 3 como uma narrativa, é relevante apresentar a noção de modo retórico (também conhecido como *tipos de texto*, *funções retóricas*, ou *tipos de discurso*) (Meurer, 2002). Em um estudo em que pretendia discutir as diferenças cruciais entre noção de gênero e modo retórico, Meurer (2002) definiu este último como

estratégias textuais semelhantes, diferentemente agrupadas em diferentes gêneros, que são utilizados pelos escritores como meio de textualizar partes específicas e funções de seus textos. Portanto, os modos retóricos são padrões reconhecidos de recursos textuais, que estão disponíveis para a produção de gêneros específicos. A organização retórica de gêneros específicos é realizada pelo conjunto de modos retóricos que o produtor de um texto pode utilizar para indicar aos leitores como o seu texto está organizado e que relação funcional existe entre várias partes do texto e a relação delas com a arquitetura textual como um todo. (Meurer, 2002, p. 11).

Com relação à noção de Modo Retórico, Meurer (2002), divide-o em duas grandes categorias: Modos Retóricos Tradicionais e Modos Retóricos Organizacionais, com as suas respectivas subcategorias, conforme resumido no Quadro 3.

**Quadro 3: Modos Retóricos de Meurer (2002, p. 67)
(adaptado de Motta-Roth e Hendges, 2010, p. 48)**

TIPOS	TRADICIONAL	ORGANIZACIONAL	
Subtipos	Narração, Descrição, Exposição, Argumentação	Macroestrutural (Padrões textuais)	Microestrutural (Relações semânticas)
Subcategorias	Ilustração, Classificação, Explanação, Processo, Definição, etc.	Situação-Avaliação, Hipotético-Real, Geral-Particular	Correspondência, Prospecção ou Predição, Retrospecção ou Rotulagem

Para a análise do Movimento 3, a categoria tradicional da narração lhe é aplicável, pois compreende as estratégias textuais mais comuns na instanciamento do gênero BO. Segundo Meurer (2002, p. 66), podemos identificar quatro tipos de discursos, isto é, “quatro necessidades naturais básicas que são satisfeitas no discurso”. Assim, quando usamos a linguagem, nós queremos explicar ou informar algo (exposição), convencer alguém (argumentação), dizer como alguma coisa era ou parecia ser (descrição) e dizer o que aconteceu (narração).

Embora as subcategorias da exposição e descrição possam estar presentes nesse componente, visto que uma informação muitas vezes pode ser dada ou um suspeito pode ser descrito pelo comunicante, nossa principal preocupação no Movimento 3 é o propósito transmitido na narração, cuja intenção é

apresentar um evento ao leitor – o que aconteceu e como aconteceu. O evento em si pode ser grandioso ou trivial, uma batalha ou um jogo de bola, uma campanha presidencial ou um piquenique; mas o que quer que seja, a intenção é dar a impressão de movimento no tempo, dar alguma impressão imediata do evento, o sentido de testemunhar uma ação. (BROOKS E WARREN, 1972, p. 44-45, apud MEURER, 2002, p. 66).

Assim, no BO o comunicante (narrador) pretende apresentar um evento criminal ou não-criminal (que sofreu ou testemunhou) ao leitor em todas as suas circunstâncias, isto é, o que aconteceu, como, quando e onde aconteceu, etc., em uma sequência temporal. Nesse sentido, para um melhor entendimento do Movimento 3, convém apresentar a definição de narrativa e como esta é estruturada.

Conforme Labov e Waletzky (1967, p. 27-37), a narrativa é definida “como um método de recapitular a experiência passada combinando uma sequência verbal de orações com uma sequência de eventos que realmente ocorreram” (LABOV e WALETZKY, 1967, p. 12). Portanto, as narrativas do BO recapitulam experiências passadas em termos de eventos criminais e não-criminais e os policiais visam a relatá-los na mesma ordem em que os eventos originais ocorreram com base no que lhes foi informado pelo comunicante (narrador)¹². A estrutura geral das narrativas é dividida em cinco seções: orientação, complicação, avaliação, resolução e coda.

A **orientação** consiste em “um grupo de orações livres que precedem a primeira oração narrativa”. Nesse sentido, “elas servem para orientar o ouvinte com relação à pessoa, lugar, tempo, e situação comportamental” (LABOV e WALETZKY, 1967, p. 27). Deve ser salientado, porém, que nem sempre as narrativas têm a seção de orientação, e, se presente, nem sempre as seções de orientação realizam as quatro funções mencionadas. Frequentemente, a orientação pode também ser realizada por sintagmas e itens lexicais em orações narrativas.

A **complicação** não é claramente definida por Labov e Waletzky (1967), porém eles referem que a complicação (ou ação complicadora) é “regularmente terminada por um resultado” (LABOV e WALETZKY, 1967, p. 28), após o qual vem a seção de avaliação. Logo, pode-se inferir que a complicação está situada entre as seções de Orientação e Avaliação, cujos limites devem ser detectados com o fim de identificar a ação complicadora. Isto também pode ser feito com o isolamento do resultado, usando critérios semânticos e análise funcional, de modo que possa ser possível descobrir quando a narrativa realmente termina e quando o resultado inicia e é completado. Para Bastos (2008, p. 83), porém, a ação complicadora é justamente a sequência temporal de orações que se referem a eventos passados, normalmente construídas com verbos no

¹² o *corpus* deste estudo, oriundo do contexto jurídico, difere do *corpus* utilizado por Labov e Waletzky (1967) em sua pesquisa sobre análise de narrativas, uma vez que foi baseado em versões orais de experiência pessoal gravado diretamente dos narradores, enquanto que o *corpus* deste trabalho é uma narrativa de “segunda mão”, pois tem a mediação do policial, que escreve o que lhe é relatado pelo narrador, cuja voz tende a ser em terceira pessoa, ao passo que a voz do narrador em Labov e Waletzky é predominantemente em primeira pessoa. Devido a estas características, no primeiro o discurso indireto é predominante, enquanto no segundo, vemos algumas passagens do discurso direto.

passado. Em outras palavras, é a própria narrativa. Nesse sentido, entre os cinco elementos da narrativa já mencionados, a complicação seria o seu único elemento obrigatório, sem o qual não existiria a narrativa.

A **avaliação** é “frequentemente situada no intervalo entre a ação complicadora e a resolução dessas complicações” (LABOV e WALETZKY, p. 30). Isso sinaliza (uma função realizada pela seção de avaliação na maioria das narrativas) “onde a complicação atingiu o máximo”, um ponto sem o qual é “difícil distinguir a ação complicadora do resultado” (LABOV e WALETZKY, 1967, p. 30). É importante salientar, porém, que muitas narrativas têm o resultado amalgamado com a avaliação, de forma que “uma única oração narrativa tanto enfatiza a importância do resultado quanto o afirma” (LABOV e WALETZKY, 1967, p. 30). Portanto, a avaliação pode ser definida “com aquela parte da narrativa que revela a atitude do narrador com respeito à narrativa, enfatizando a importância relativa de alguns elementos da narrativa em comparação a outros” (LABOV E WALETZKY, 1967, p. 32).

A **resolução** é definida como “aquela porção da sequência narrativa que segue a avaliação. Se a avaliação é o último elemento, então a seção de resolução coincide com a avaliação”. (LABOV E WALETZKY, 1967, p. 35). Para Bastos (op. cit., p. 83), a seção de resolução seria a finalização da sequência de eventos da ação complicadora.

A **coda**, como um elemento adicional que vem após a seção de resolução, “é um dispositivo funcional [utilizado] para retornar a perspectiva verbal para o momento presente”, uma vez que “a sequência real dos eventos descritos na narrativa, de regra, não se estende até o presente”. Esta função pode sinalizar o fim da narrativa e é realizada por meio de muitos mecanismos, tais como: a) *deixis* (esse, lá, aqueles, isso, aqui, estes), “que apontam para um referente em vez de nomeá-lo explicitamente” (Labov e Waletzky, op. cit., p. 35-36); b) um incidente, que não é relevante para a sequência narrativa, que persegue um dos atores até o presente momento; e c) o efeito da narrativa sobre o narrador estendeu-se até o presente momento.

É importante salientar que a estrutura da narrativa proposta, de acordo com seus proponentes, não é uniforme, uma vez que ela pode variar conforme o seu grau de complexidade, o seu número de elementos estruturais e variedade de suas funções. Porém, em narrativas mais complexas, feitas por narradores com habilidade verbal, há uma maior probabilidade de encontrar os mencionados cinco elementos da narrativa.

A estrutura e análise da narrativa no BO pode ser resumida no Quadro 4.

Quadro 4: Análise da narrativa baseada em Labov e Waletzky (1967)

SEÇÕES DA NARRATIVA	BO #353/2009 CALÚNIA	BO #723/2004 DIFAMAÇÃO	BO #629/2008 INJÚRIA
1 – ORIENTAÇÃO	<i>Comunica que na data e hora supra mencionada</i>	<i>A comunicante registra</i>	<i>Comunica que participou de uma festa de umbanda de final de ano, na casa de umbanda Xangô e Abasse, no Parque Osório, sendo que no decorrer da festa,</i>

2 – COMPLICAÇÃO	<i>tomou conhecimento</i> que o seu - Zé Louco – tinha dito para o Fulano de Tal, há cerca de quatro meses, que o comunicante estava mantendo relações sexuais com a sua filha adotiva desde que a menina era pequena, sendo que a mesma tem hoje 18 anos de idade. Que o comunicante tão logo soube foi até a casa de Zé Louco para tirar a limpo o que ele estava dizendo e Zé Louco não quis nem ouvir o que o Fulano de Tal e o comunicante tinham para lhe dizer, e entrou em casa logo que eles disseram a que vieram lhe procurar .	que vem sendo difamada por suas vizinhas Fulana de Tal e Beltrana de tal que andam falando pela vizinhança que a comunicante é amante de um vizinho chamado Sicrano de Tal.	o vizinho Fulano de Tal e sua companheira Sicrana de Tal começaram a ofender as pessoas da festa. O comunicante é negro e foi ofendido como negro sujo, ladrão, bagaceira.
3 – AVALIAÇÃO			Que o comunicante se sentiu ofendido assim como as pessoas que estavam presentes.
4 – RESOLUÇÃO 5 – CODA	Foi orientado a ingressar com queixa crime no Fórum local, através de um advogado, no prazo máximo de seis meses. Que Zé louco é pedreiro e mora na primeira casa depois da loja Agromix, na Estrada Velha do Perau. Era o registro.	Fulana e Beltrana moram na Rua Pernambuco próximo ao número x, em Itaara. Não sabe maiores dados sobre as Itaara. Não sabe maiores dados sobre as autoras. Foi cientificada que tem seis meses para queixa-crime, no foro.	Que o comunicante deseja representar criminalmente contra Fulano de Tal e Sicrana de Tal. Que não é a primeira vez que eles ofendem as pessoas, especialmente os negros que participam da casa. Que Fulano e Sicrana são alcoólatras. Nada mais.

Como podemos ver acima no Quadro 4, a Avaliação nem sempre está presente na narrativa do BO¹³ e a Resolução não pertence ao tempo da narrativa, mas ao tempo da interação entre o comunicante (narrador) e o policial. Nesse sentido, a Resolução aglutina-se à Coda, porquanto ambos se situam em um tempo fora dos eventos narrativos e apontam para o momento em que o BO é produzido na delegacia de polícia.

Finalmente, é importante salientar os principais processos recorrentes com relação às orações narrativas. Como indica o Quadro 4, os finitos nas orações narrativas descrevem uma sequência de eventos relativos ao tempo passado simples, tais como “**tomou** (conhecimento)”, “**foi** (até a casa do Zé Louco)”, “(Zé) **não quis** (nem ouvir)”, no exemplo do BO #353/2009; e “**começaram** (a ofender)” e “**foi ofendido**”, no exemplo do BO 629/2008. Entretanto, o segundo exemplo (BO #723/2004) mostra orações na voz passiva e no tempo presente, tais como “vem sendo difamada” e “andam falando”, para indicar uma ação que estava ocorrendo no passado, mas ainda continua no presente. Essas orações narrativas estão localizadas predominantemente na seção de complicação. Os processos na seção da coda, em orações como “Zé Louco **é** Pedreiro e **mora** na primeira casa depois da loja Agromix”, “Fulana e Beltrana **moram** na Rua Pernambuco”, “eles **ofendem** as pessoas” e “Que Fulano e Sicrana **são** alcoólatras”, estão no tempo presente e transmitem informação adicional com relação aos eventos narrados.

5.1.4. Movimento 4 – Indicando o órgão destinatário do BO

Nesse movimento, o policial indica a delegacia de polícia (ou outra unidade policial) para onde o BO é remetido. A remessa, ou distribuição, do BO é feita de

¹³ Nesse ponto, de acordo com Labov e Waletzky (1967, p. 29), nas narrativas de experiência vicariante (indireta) pode faltar “a seção de avaliação que é típica da experiência pessoal”.

acordo com o local onde ocorreu o fato comunicado ou conforme o tipo de fato que está sendo comunicado. Por exemplo, um BO sobre homicídio pode ser remetido para delegacia de homicídios, e um BO sobre furto que ocorreu no centro da cidade pode ser remetido para a delegacia distrital correspondente à área onde ocorreu o furto, ou seja, o centro da cidade. Esse movimento iterativo - que está dividido em duas partes do BO: a primeira parte está localizada antes do Movimento 5 e a segunda, depois dele -, é realizado em dois passos:

Passo 1: identificando o nome da delegacia de polícia que irá investigar o fato;

Passo 2: fornecendo um campo (linha) para escrever, na versão impressa do BO, a identificação da delegacia de polícia que apreciará e/ou investigará o caso.

Fonte: (RIBEIRO, 2010)

Figura 4 – Movimento 4 do BO #390/2005

No Movimento 4, conforme mostrado na Figura 4, podemos perceber, no passo 1, dois grupos preposicionais: “**órgão de destino**” seguido do nome do órgão policial destinatário do BO: “**Itaara/Delegacia de Polícia**”. No passo 2, vemos o grupo nominal “**destino 1.ª via**” seguido de uma linha em branco, na qual o nome do órgão policial que irá receber a primeira via pode ser manuscrito.

5.1.5. Movimento 5 – Identificando os participantes (vítima e/ou comunicante, testemunhas, autores, suspeitos)

O objetivo deste movimento é identificar, se possível, todos os principais participantes do evento narrado no Movimento 3, tais como a vítima e/ou comunicante, testemunhas, autores e suspeitos. A polícia judiciária tem acesso aos bancos de dados (com a identificação das pessoas que possuem carteira de identidade, carteira de habilitação, registro de arma, certificado de registro de veículo automotor, etc.) pelos quais os dados pessoais de qualquer cidadão podem ser acessados por um policial que esteja conduzindo uma investigação criminal. Quando uma pessoa comparece na delegacia de polícia para comunicar uma ocorrência, os seus dados podem ser acessados, automaticamente, sem a necessidade de preencher os respectivos campos, exceto em caso de atualização ou para acréscimo de informação. Assim, nesse movimento, cada participante do evento é qualificado e identificado pelo nome, filiação, data e lugar de nascimento, nacionalidade, nível de instrução gênero, cor da pele, endereço, profissão, número da carteira de habilitação, número da carteira de identidade, endereço profissional e condições físicas. Ao final de cada identificação, há uma linha na qual cada participante (caso estiver presente) deve assinar. A assinatura da vítima (ou da pessoa que comunicou os fatos, v. g., um policial militar) é uma maneira de assegurar a responsabilidade legal sobre o que foi comunicado à polícia. Nesse

movimento, é conferida à vítima a oportunidade de expressar a intenção de representar¹⁴ ou não contra o apontado autor do crime. Posteriormente, a representação da vítima, nos casos em que é exigida, será, v. g., um requisito para o oferecimento de denúncia pelo Ministério Público, em juízo, contra o autor do fato. Esse movimento pode ser dividido em três passos, uma para cada tipo de participante, como se segue:

Passo 1: identificando a vítima e/ou comunicante, fornecendo os seus dados pessoais e colhendo a sua assinatura, assim como verificando a vontade/opção da vítima em representar contra o autor do fato;

Passo 2: identificando a testemunha, fornecendo os seus dados pessoais;

Passo 3: identificando o autor do fato (suspeito, culpado, acusado, adolescente infrator), fornecendo os seus dados pessoais.

Fonte: (RIBEIRO, 2010)

O formulário é dividido em duas seções principais. A seção esquerda, intitulada 'PARTICIPANTE 1 - VITIMA', contém os seguintes campos: NOME (preenchido com um nome fictício), FILIAÇÃO (preenchido com um sobrenome), NASCIMENTO (12/11/1983 FEMININO), INSTRUÇÃO (ENSINO FUNDAMENTAL), NATURAL (SANTA MARIA - RS), DOCUMENTO (CARTEIRA IDENTIDADE), C.N.H. (preenchido com um número fictício), RESIDE EM (RUA [fictícia], BRASIL CEP 97185-000), PROFISSÃO (preenchido com uma profissão fictícia), TRABALHA (preenchido com uma função fictícia), CONDIÇÃO FÍSICA (NORMAL), e uma pergunta final 'A VITIMA DESEJA VER PROCESSADO? SIM () NAO (X)'. A seção direita, intitulada 'PRESENTE', contém os campos: E (preenchido com um nome fictício), BRANCA (preenchido com uma cor fictícia), SOLTEIRO (preenchido com um estado civil fictício), COR DOS OLHOS (CASTANHO), BRASILEIRO NATO (preenchido com uma nacionalidade fictícia), SJS - RS (preenchido com uma sigla fictícia), e CARGO (preenchido com uma função fictícia). No canto inferior direito da seção direita, há um campo rotulado 'MOVIMENTO 5'.

Figura 5 – Movimento 5 do BO #390/2005 (somente o passo 1)¹⁵

Linguisticamente, no Movimento 5, como mostrado na Figura 5, vemos grupos nominais seguidos dois pontos e ao lado deles a informação demandada. No passo 1, esses grupos apresentam inicialmente o sintagma nominal “PARTICIPANTE 1” seguido de “VITIMA” e ao lado deste o epíteto “PRESENTE”, o que significa que a vítima estava presente na delegacia de polícia no momento em que houve a produção do BO. Abaixo, vemos os dados pessoais e as características físicas do participante 1, nessa ordem: “NOME”, “FILIAÇÃO”, “NASCIMENTO¹⁶” (data de nascimento), as características físicas e o estado civil do participante - que, no exemplo da Figura 6, são “FEMININO”, “BRANCA” e “SOLTEIRO” -, “INSTRUÇÃO”, “COR DOS OLHOS”, “NATURAL”, “BRASILEIRO NATO”, “DOCUMENTO”, “C.N.H.”, “PROFISSÃO”, “CARGO”, “TRABALHA”, e “CONDIÇÃO FÍSICA”. No passo 1, vemos também a oração: “A VÍTIMA DESEJA VER PROCESSADO?”. Após essa pergunta, há a opção de resposta “SIM/NÃO” para essa oração interrogativa que, por intermédio de um processo mental desiderativo (deseja), demanda uma informação da vítima. Ao final do passo 1, vemos a letra “a”, seguida de uma linha em branco, que é uma abreviação para “assinatura”. Nos passos 2 e 3, que não têm essa pergunta final, seguem o mesmo padrão do passo 1. Entretanto, o passo 2 começa com o grupo nominal “PARTICIPANTE 2” seguido de “TESTEMUNHA”, e o passo 3 com o grupo nominal “PARTICIPANTE 3” seguido de “AUTOR”.

¹⁴ O verbo representar, na sua acepção jurídica, significa manifestar a intenção de ver o autor do fato processado em juízo.

¹⁵ Os outros passos (2 e 3) têm a mesma forma do passo 1, com exceção da opção *sim/não* referente à manifestação da vítima quanto à representação contra o apontado autor do fato.

¹⁶ Aqui vemos um processo na forma não finita, caracterizando uma nominalização.

5.1.6 Movimento 6 - Identificando os policiais responsáveis pelo BO

Esse movimento apresenta a identificação dos policiais de plantão responsáveis pela produção do BO. Eles geralmente trabalham em plantões de 12 ou 24 horas, em equipes com dois ou mais integrantes na delegacia de polícia, com exceção de cidades menores onde pode haver apenas uma pessoa responsável pela confecção do BO e que trabalha somente em horário de expediente (comercial), e, fora deste, é chamado em casa, permanecendo em “plantão de sobreaviso”. Cada equipe de plantão é identificada por letras do alfabeto. Por exemplo, se houver cinco equipes, elas serão identificadas pelas letras de ‘A’ a ‘E’. Os policiais são identificados pelo nome e pelo número do registro geral (RG) da carteira de identidade civil. A quantidade de membros em cada equipe varia de acordo com as necessidades de cada cidade ou bairro (circunscrição), baseada na quantidade e complexidade das atividades em cada unidade policial (delegacia de polícia, área judiciária, etc.). Nesse movimento, três policiais são identificados: o atendente, que digita o BO, o chefe da equipe de plantão, responsável pela revisão do BO e pela supervisão das atividades da equipe, e o delegado de polícia, titular da delegacia de polícia, que coordena todas as atividades dos funcionários policiais. De acordo com a legislação estadual, a Polícia Judiciária (Polícia Civil) é uma instituição organizada sob os princípios da hierarquia e disciplina, de forma que a identificação antes mencionada obedece a uma ordem hierárquica, do policial de plantão de menor nível ao policial de maior nível hierárquico. Por fim, ao lado do nome de cada policial, há uma linha acima da qual cada membro da equipe de Plantão deve assinar. Isso é uma maneira de assegurar a responsabilidade daqueles que, direta ou indiretamente, estão envolvidos nessa prática social de cunho jurídico-legal. Logo, esse movimento é realizado pelos quatro passos seguintes:

Passo 1: identificando a equipe de plantão.

Passo 2: identificando o policial que digitou o BO.

Passo 3: identificando o chefe da equipe de plantão.

Passo 4: identificando o delegado titular da delegacia de polícia e/ou delegado de polícia plantonista.

Fonte: (RIBEIRO, 2010)

EQUIPE : A ATENDENTE: 4063259421 LUIZA CAROLINA CARVALHO DE CASTRO (a) _____ CHEFE PLT: 8002146226 JOAO CARLOS VILLANI LORENZONI (a) _____ TITULAR DO ORGAO : 6040889021 VLADIMIR PEUKERT URACH (a) _____	MOVIMENTO 6
---	--------------------

Figura 6 – Movimento 6 do BO #390/2005

Finalmente, no Movimento 6, conforme mostrado na Figura 6, vemos o mesmo padrão dos outros movimentos, i.e., ele é composto de grupos nominais seguidos de dois pontos com a subsequente informação demandada. Ele é linguisticamente realizado por sintagmas nominais, tais como “EQUIPE” (passo 1), e “ATENDENTE” (passo 2), bem como “CHEFE PLT” (passo 3) e “TITULAR DO ÓRGÃO” (passo 4). Esses participantes são linguisticamente identificados pelo número da carteira de identidade, com 10 dígitos, e o nome completo seguido pela letra “a”(abreviatura de assinatura) e

de uma linha em branco para a respectiva assinatura, conforme já explicitado anteriormente.

Para concluir essa seção, vale salientar que esta análise foi realizada em um *corpus* específico de BOs referentes apenas aos crimes de linguagem contra honra, logo há a possibilidade de haver outros componentes que podem ser opcionais ou obrigatórios em outros tipos de BOs relativos a furtos, roubos, homicídios, etc. Nesses casos, por exemplo, podemos ter campos para descrição de documentos e objetos (veículos, armas de fogo, bens furtados, etc.) apreendidos pela polícia ou apresentados na delegacia como prova. Podemos também ter campos com listas com nomes de pessoas inquiridas separadamente ou concomitantemente com a elaboração do BO. Embora não estejam presentes no *corpus* analisado, alguns desses componentes podem ser encontrados excepcionalmente nos BOs sobre crimes de linguagem contra a honra. De qualquer modo, o *corpus* analisado possui a estrutura básica predominante em todos os tipos de BOs.

Nas próximas duas páginas, veremos os movimentos e passos do BO resumidos no Quadro 5, e um modelo de BO de crime contra a honra com os seus movimentos na Figura 7.

Quadro 5: Movimentos e Passos do BO

MOVIMENTOS						
PASSOS	M 1	M 2	M 3	M 4	M 5	M 6
	Identificando e situando o órgão, o BO e suas circunstâncias	Classificando o fato e suas circunstâncias	Narrando os fatos	Indicando o órgão destinatário do BO	Identificando os participantes (vítimas e/ou comunicante, testemunhas, autores, suspeitos)	Identificando os policiais responsáveis pelo BO
P 1	Identificando a instituição, cidade e número da página	Estabelecendo a classificação legal ou técnica por meio da análise do fato comunicado	Enfatizando a presença da vítima ou comunicante	Identificando o nome da delegacia de polícia que irá investigar o fato	Identificando a vítima e/ou comunicante, fornecendo os seus dados pessoais e colhendo a sua assinatura, assim como verificando a vontade/opção da vítima em representar contra o autor do fato	Identificando a equipe de plantão

P 2	<i>Numerando o BO e informando a data e hora de sua impressão</i>	<i>Fornecendo as circunstâncias espaço-temporais do fato comunicado</i>	<i>Reafirmando as circunstâncias (tempo e lugar)</i>	<i>Fornecendo um campo (linha) para escrever, na versão impressa do BO, a identificação da delegacia de polícia que apreciará e/ou investigará o caso</i>	<i>Identificando a testemunha, fornecendo os seus dados pessoais</i>	<i>Identificando o policial que digitou o BO</i>
P 3	<i>Informando a data e hora da produção do BO, indicando o meio da comunicação e o número do computador utilizado para enviar o BO para o sistema informatizado da polícia.</i>	<i>Fornecendo informações sobre o modus operandi do autor em termos de onde e como o fato foi praticado (área, modo, instrumento, comportamento, meios de acesso)</i>	<i>Descrrevendo o comportamento do autor (fato criminoso ou não-criminoso)</i>		<i>Identificando o autor do fato (suspeito, culpado, acusado, adolescente infrator), fornecendo os seus dados pessoais</i>	<i>Identificando o chefe da equipe de plantão</i>
P 4			<i>Declarando a vontade da vítima em responsabilizar (ou não) criminalmente o autor e/ou informando-a sobre o prazo para fazê-lo</i>			<i>Identificando o delegado titular da delegacia de polícia e/ou delegado de polícia plantonista</i>

Fonte: (RIBEIRO, 2010)

POLICIA CIVIL -		ITAARA	FOLHA 1
OCCORRENCIA 390/2005		SIMPLES	28/09/2009 10:24:00
ORGAO 150556 - ITAARA			
MOVE 1			
REGISTRO : 26/09/2005 as 14:14 horas		COMUNICACAO: PESSOAL	TRANSMIT.
MICRO : 7802 - MONO			
MOVE 2			
FATO : INJURIA CONSUMADO INICIO : 25/09/2005 as 17:30 horas ate 25/09/2005 as 18:00 horas LOCAL : BR 158 - ITAARA RS - BRASIL VIA PUBLICA CEMITERIO AREA : URBANA FORMA : INSTRUMENTO: ATUACAO : VIAS ACESSO:			
MOVE 3			
HISTORICO: A COMUNICANTE COMPARECE NESTA DP PARA REGISTRAR QUE EM DATA, HORARIO E LOCAL ACIMA INFORMADOS O SR [REDACTED], O QUE ACUSOU O SEU COMPANHEIRO [REDACTED] DE ROUBO, LHE OFENDEU DIZENDO - PS GOSTOSA VEM DAR PARA MIM - QUE A CHAMAVA FAZENDO GESTOS COM A MAO ENQUANTO DIZIA ISSO. QUE NAO HOUE TESTEMUNHAS DO FATO. FOI CIENTIFICADA DE QUE TEM O PRAZO DECADENCIAL DE SEIS MESES CONTADOS DA DATA DO OCORRIDO PARA, EM QUERENDO, EXERCER O SEU DIREITO DE REPRESENTACAO CRIMINAL.			
MOVE 4			
ORGAO DE DESTINO: ITAARA / DELEGACIA DE POLICIA			
MOVE 5			
PARTICIPANTE 1 - VITIMA PRESENTE NOME : [REDACTED] FILIACAO : [REDACTED] E [REDACTED] NASCIDO : 12/11/1983 FEMININO BRANCA SOLTEIRO INSTRUCAO: ENSINO FUNDAMENTAL COR DOS OLHOS: CASTANHO NATURAL : SANTA MARIA - RS BRASILEIRO NATO DOCUMENTO: CARTEIRA IDENTIDADE [REDACTED] SJS - RS C.N.H. : RESIDE EM: RUA [REDACTED], [REDACTED] /CASA, BALN JARDIM BRASILIA, ITAARA - RS - BRASIL CEP 97185-000 PROFISSAO: CARGO: TRABALHA : C.FISICA : NORMAL A VITIMA DESEJA VER PROCESSADO? SIM() NAO(X) (a) _____			
MOVE 4			
DESTINO 1a VIA: _____			
MOVE 6			
EQUIPE : A			
ATENDENTE: 4063259421 LUIZA CAROLINA CARVALHO DE CASTRO (a) _____			
CHEFE PLT: 8002146226 JOAO CARLOS VILLANI LORENZONI (a) _____			
TITULAR			
DO ORGAO : 6040889021 VLADIMIR PEUKERT URACH (a) _____			

Figura 7 – modelo de um BO de crime contra a honra e seus movimentos

Na Figura 7, cada um dos movimentos acima indicados são produzidos pelo policial preenchendo campos sequencialmente exibidos na tela do computador.

6 CONCLUSÃO

Este estudo demonstrou que o BO é um gênero que realiza linguisticamente uma interação social legal pela qual a vítima ou terceira pessoa informa à polícia um fato criminal ou não-criminal. O BO é constituído de seis movimentos fixos e invariáveis, razão pela qual pode ser considerado um gênero formulaico. Em todos os movimentos, podemos ver títulos com a função de fornecer e, implicitamente, requerer informações a fim de serem preenchidos os campos dos formulários, bem como grupos nominais e adverbiais com a mesma função. Além disso, essa é uma maneira de orientar o policial e fazer com que o BO tenha o seu preenchimento e elaboração mais facilitados, padronizando-se os procedimentos e rotinas profissionais.

Vemos também a predominância da função narrativa no Movimento 3, em que as orações narrativas recapitulam uma sequência de eventos passados. Estes eventos são geralmente vivenciados pelo narrador, com processos predominantemente no tempo passado simples, indicando a narração como um dos modos retóricos tradicionais, juntamente com outros subtipos da mesma categoria encontrados nos Movimentos 1, 2, 4, 5 e 6, cujas funções (que os designam) é principalmente identificar e situar pessoas e lugares e classificar os fatos por meio das respectivas funções retóricas da descrição e exposição. Essas duas funções retóricas podem também ser encontradas no Movimento 3, como foi comentado alhures, porquanto uma de suas principais finalidades é descrever a aparência de uma pessoa (descrição) ou informar algo para alguém (exposição). Logo, a narração, a descrição e a exposição são os principais subtipos de modos retóricos tradicionais presentes no gênero BO.

Talvez, devido a essas características linguísticas, vemos a predominância da expressão declarativa (declaração) (Halliday e Matthiessen, 2004, p. 114) como sua principal função de fala, composta, em termos de escala de nível, de orações (prevalentes no Movimento 3), e de grupos e palavras simples (prevalentes nos outros movimentos). Eles são parte do significado interpessoal de dar informações, do qual demandar informações é a contrapartida implícita realizada linguisticamente por substantivos “declarativos”, tais como (no Movimento 5) “nome”, “filiação”, etc., seguidos por dois pontos e a informação demandada. Isso indica que, sob a superfície linguística de palavras isoladas, há, na realidade, dois modos gramaticais interrogativos que perguntam “qual é o seu nome?” e “qual é o nome de seus pais?”.

Portanto, esperamos que esse estudo preliminar sirva como ponto de partida e estímulo para estudos novos e mais aprofundados sobre o gênero BO e outros que possam fazer parte do que chamamos de sistema de gêneros da polícia judiciária. A coleta e análise quantitativa de dados também poderão ser proveitosas para pesquisa futura. Por fim, esse estudo poderá ser útil no ambiente acadêmico e profissional como forma de promover o estudo de gênero, mormente em aulas de redação em academias de polícia, a fim de melhorar os canais de comunicação e, portanto, construir mais transparentes as práticas sociais que dependam do uso da linguagem. Isso se aplica principalmente ao Movimento 3 (os outros movimentos vêm praticamente prontos no computador, restando somente o preenchimento dos campos), que trata da narração dos fatos, em que as escolhas léxico-gramaticais (em termos de transitividade, modalidade e avaliatividade) são conhecimentos fundamentais para possibilitar aos policiais a representação dos fatos de uma forma mais confiável e mais próxima do que foi

relatado, evitando ambiguidades, desvios de representação e outras possibilidades de leitura diferentes daquelas pretendidas pelo comunicante do BO.

7 REFERÊNCIAS

- AL-ALI, M. N. Communicating messages of solidarity, promotion and pride in death announcements genre in Jordanian newspapers. *Discourse and Society*, 2005, v. 16, n. 1, p. 5-31.
- _____. Religious affiliations and masculine power in Jordanian invitation genre. *Discourse and Society*, 2006, v. 17, n. 6, p. 691-714.
- BASTOS, Liliana Cabral. Estórias, vida cotidiana e identidade – uma introdução ao estudo da narrativa. In: CALDAS-COULTHARD, C. R.; SCLiar-CABRAL, L. (Org.). *Desvendando discursos: conceitos básicos*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.
- BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. MEURER J. L. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2007.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei n.º 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del2848.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2010.
- DUDLEY-EVANS, T.; ST JOHN, M. *Developments in ESP: a multi-disciplinary approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- FUZER, C. *DELTA*, São Paulo, v. 23, n. 2, 2007. p. 399-403. Review: GIBBONS, J. *Forensic linguistics: an introduction to language in the justice system*. Victoria, Australia: Blackwell Publishing, 2005. 337 p.
- GIBBONS, John. *Forensic Linguistics: an introduction to language in the justice system*. Victoria, Australia: Blackwell Publishing, 2005. 337 p.
- HALLIDAY, M.A.K. Part A. In: HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, R. *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- HALLIDAY, M.; MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. London: Arnold, 2004.
- HASAN, R. Part. B. In: HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, R. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989. p. 52-116.
- HEBERLE, V. M. *Critical reading: integrating principles of critical discourse analysis and gender studies*. In: *Ilha do Desterro* (UFSC), 2000, v. 38, p. 115-139.
- HENDGES, G. R. Procedimentos e categorias para a análise da estrutura textual de gêneros. In: MOTTA-ROTH, D.; CABAÑAS, T.; HENDGES G. R. (Org.). *Análises de textos e de discursos: relações entre teorias e práticas*. Santa Maria: PPGL-UFSM, 2008.
- LABOV, W.; WALETZKY, J. Narrative analysis: oral versions of personal experience. In: HELM, J. (Ed.). *Essays on the verbal and visual arts: proceedings of the 1966 Annual Spring Meeting of the American Ethnological Society*. Seattle/London: University of Washington Press, 1967. p. 12-44.
- MEURER, J. L. Genre as diversity, and rhetorical mode as unity in language use. *Ilha do Desterro*, n. 43, p.61-82, jul./dez. 2002.
- MOTTA-ROTH, D.; CABAÑAS, T.; HENDGES G. R. (Org.). *Análises de textos e de discursos: relações entre teorias e práticas*. Santa Maria: PPGL-UFSM, 2008.

- MOTTA-ROTH, D.; HEBERLE, V. M. O conceito de “estrutura potencial do gênero” de Ruqayia Hasan. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. *Gêneros, teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2007.
- MOTTA-ROTH, D.; HENDGES G. R. Explorando Modalidades Retóricas sob a perspectiva da multimodalidade. In: MOTTA-ROTH, D.; T.; HENDGES G. R. (Org.). *Gêneros Discursivos e Interfaces Teóricas*. Santa Maria: PPGL-UFSM, 2010.
- RAVELLI, L. Getting started with functional grammar. In: Unsworth, L. (Ed.), *Researching language in schools and communities*. London: Continuum (Cassell), 2000, p. 27-64.
- RIBEIRO, M. R. *Judiciary police system of genres: a genre analysis of police report on language crimes against honour* (calúnia, difamação and injúria). 2010. 54 f. Trabalho Final de Graduação (Licenciatura em Letras-Inglês). UFSM, Santa Maria, 2010.
- THOMPSON, G. *Introducing functional grammar*. 2. ed. London: Arnold, 2004.
- VIAN JR., Orlando. Inglês instrumental, inglês para negócios e inglês instrumental para negócios. *DELTA* [online]. 1999, vol.15, n.spe, pp. 437-457. ISSN 0102-4450.